



Município de Céu Azul

Estado do Paraná

DECRETO Nº 4569/2015, 4 de setembro de 2015.

Permite o uso de uma Área que especifica para Associação dos Cavaleiros de Céu Azul, e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÉU AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente o Parágrafo Terceiro do artigo 22 da Lei Orgânica do Município de Céu Azul,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso, a título precário e gratuito, de uma área de 358,72m², denominado como Arena de Leilão, bem como a pista de laço e mangueiras de animais, localizados nas dependências do Parque de Exposições Emílio Henrique Gomez, de propriedade desta municipalidade, à Associação dos Cavaleiros de Céu Azul, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 17.525.949/0001-08, Declarada de Utilidade Pública Pela Lei Municipal nº 1434/2014, mediante as regras de uso do bem a ser permissionado, cuja minuta consta no Anexo Único, que faz parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CÉU AZUL, em 4 de setembro de 2015.


Jaime Luis Basso
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial Eletrônico
do Município de Céu Azul
no endereço www.ceuazul.pr.gov.br

Dia: 4 / 9 / 2015

Página: 1 a 3 edição 1154



Município de Céu Azul

Estado do Paraná

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº. 76.206.473/0001-01, com sede na Avenida Nilo Humberto Deitos, 1426, Céu Azul – PR, estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor Jaime Luis Basso, e **ADEZUL – ASSOCIAÇÃO PRO DESENVOLVIMENTO AGROP. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE CÉU AZUL**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.680.873/0001-80, por seu Presidente abaixo identificado e assinado, na qualidade de gestora do Parque de Exposições Emílio Henrique Gomes, doravante denominado como *PERMITENTES*; e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DE CÉU AZUL**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, Declarada de Utilidade Pública Pela Lei Municipal nº 1434/2014, inscrita no CNPJ sob nº 17.525.949/0001-08, com sede À Rua Paulo Wichoski snº, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1334/2014 (27/03/2014), neste Município de Céu Azul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Ademir Alves da Silva, portador do CPF nº 035.057.049-38 e RG nº 6.049.656-0, residente e domiciliado neste Município de Céu Azul, Estado do Paraná, de ora em diante denominado simplesmente *PERMISSIONÁRIA*, acordam celebrar o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: “Arena de leilões” (redondel) com área de 358,72m², pista de laço e mangueiras de animais”, localizados no espaço compreendido do Parque de Exposições Emílio Henrique Gomes, conforme mapa descritivo em anexo, que torna parte integrante do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente termo estabelece o prazo de **05 (cinco) anos**, podendo ser renovado por conveniência e oportunidade do Poder Público Municipal, e/ou porquanto perdurar o interesse público, podendo, todavia, os PERMITENTES, por conveniência e no seu próprio interesse, desde que por razões de natureza técnica ou legal aconselhar, assim como o desvio de finalidade e atividade ou sua execução precária, cancelar a presente permissão de uso, desde que, certifique a PERMISSIONÁRIA, por escrito, mediante correspondência por epístola, contra recibo, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, bem como, quando forem infringidas as condições do presente termo, não tendo direito a retenção da área ou indenização a qualquer título, presente ou futuro.

Parágrafo Primeiro. Findo a Permissão de Uso, a PERMISSIONÁRIA se compromete em restituir o imóvel, aos PERMITENTES, nas mesmas condições que as recebeu.

Parágrafo Segundo. Os PERMITENTES poderão, a qualquer tempo, utilizar do espaço público, objeto da presente permissão de uso, mediante comunicação expressa a PERMISSIONÁRIA, com antecedência de 10 (dez), para a realização de eventos comemorativos realizados pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS BENFEITORIAS

Qualquer tipo de edificação ou reforma realizada no imóvel, objeto da presente permissão de uso, somente poderá ser executada com a devida anuência expressa dos PERMITENTES, sendo que o custeio correrá a expensas da PERMISSIONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação específica e o Código de Normas e Posturas do Município, sem que haja qualquer indenização por parte dos PERMITENTES em favor da PERMISSIONÁRIA.



Município de Céu Azul

Estado do Paraná

CLÁUSULA QUARTA – DAS PROIBIÇÕES

A PERMISSIONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização dos PERMITENTES.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DAS DESPESAS

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco, sendo que as despesas relativas à utilização do espaço objeto da presente Permissão de Uso tais como: água, luz, telefone, despesas com reformas e demais serviços necessários para o bom uso do espaço e demais despesas administrativas serão de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA

A PERMISSIONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

A PERMISSIONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso. A PERMISSIONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – preservar a fauna e a flora local, e as normas de meio ambiente;
- IV – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação, com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento, e na mesma forma se compromete a restituí-las, finda a Permissão, sem direito a indenização por benfeitorias incorporadas ao imóvel, que tenha feito, mesmo que devidamente autorizadas;
- V – danos causados a terceiros ou ao Município, a qualquer título;
- VI – proporcionar à comunidade, serviços de utilidade pública, nos termos de seu estatuto social;
- VII – pessoal permanente no local, em eventos ou não, ou do uso do espaço público, objeto da presente Permissão.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Os PERMITENTES exercerão, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier aos PERMITENTES.

Parágrafo Primeiro. À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

Parágrafo Segundo. O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na rescisão imediata do contrato.

CLÁUSULA NONA — DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido:



Município de Céu Azul

Estado do Paraná

I – Mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias pelo interessado;

II – A presente Permissão de Uso poderá ser revogada por iniciativa do Executivo a qualquer momento caso a PERMISSONÁRIA:

a) ceda ou transfira, no todo ou em parte, este contrato, ou delegue a outrem a incumbência de adquirir as obrigações consignadas, sem prévia e expressa autorização dos PERMITENTES;

b) venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução da permissão contratada;

c) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto.

d) eventualmente, se a Permissionária deixar de existir.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim certos e ajustados e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Termo de Permissão em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme, na presença de duas testemunhas.

Céu Azul, 4 de setembro de 2015.

Jaime Luis Basso
Prefeito Municipal

Ademir Alves da Silva
Associação dos Cavaleiros de Céu Azul
Presidente

Laurindo Tasca
Presidente da ADEZUL

TESTEMUNHAS:
